



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

Aprovado,  
O Presidente da Câmara Municipal,

**CADERNO DE ENCARGOS**

Aquisição de Fardas e Equipamentos de Segurança

## PARTE I

### Cláusulas Jurídicas

#### Artigo 1.º

##### Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Vila Velha de Ródão, pessoa coletiva 506642798 sito na Rua de Santana, 6030-230 Vila Velha de Ródão, com o número de telefone 272 540 300, de fax 272 540 301 e com o e-mail: [geral@cm-vvrodão.pt](mailto:geral@cm-vvrodão.pt).

#### Artigo 2.º

##### Objeto do Procedimento

O objeto do presente procedimento consiste na Aquisição de fardas e Equipamentos de Segurança, nas quantidades e com os requisitos e as características técnicas descritas nas cláusulas técnicas constantes da parte II deste caderno de encargos.

#### Artigo 3.º

##### Local de Entrega

1. Os bens, objeto deste contrato, serão entregues no edifício do Estaleiro da Câmara Municipal, sito na Rua da Fonte, em Vila Velha de Ródão, com o seguinte horário de funcionamento de:  
Manhã: 8:00 horas às 12:00 horas  
Tarde: 13:00 horas às 16:00 horas
2. A entrega deverá ser efetuada até meia hora antes do fecho de funcionamento nos horários da manhã e tarde.

#### Artigo 4.º

##### Prazo de Fornecimento

1. O fornecimento a realizar no âmbito do procedimento, deverá ser efetuado até final de 2024, ou quando se esgotar o valor estimado no Artigo 6.º, a contar da publicação do contrato.
2. O Fornecimento será efetuado de acordo com as necessidades da Câmara Municipal;
3. A Câmara Municipal comunicará à adjudicatária as necessidades, com a antecedência mínima de 5 dias.
4. A comunicação referida deverá ser efetuada por e-mail, ou outra acordada pelo adjudicatário e pela entidade adjudicante.

#### Artigo 5.º

##### Condições de Pagamento

1. O pagamento é efetuado a 30 dias da emissão da fatura, nos termos da proposta adjudicada.
2. A cada fornecimento corresponde uma fatura que deverá ser emitida até cinco dias após a entrega dos materiais;
3. Em caso de discordância por parte do Município, relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, este deve comunicar ao Adjudicatário, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Artigo 6.º****Valor**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto desta consulta, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila Velha de Ródão deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, cujo valor se estima em 12.007,50€ (doze mil sete euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público;
3. O montante estimado referido no número 1 do presente artigo deve considerar-se o preço base, nos termos do art.º 47 do CCP como montante máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pelo fornecimento do objeto deste procedimento.

**Artigo 7.º****Contrato**

1. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito, nos termos do Artigo 94.º do CCP.

**Artigo 8.º****Prevalência**

1. Fazem parte integrante do Contrato os seguintes documentos:
  - a) Os esclarecimentos e as retificações ao caderno de encargos identificados pelo adjudicatário, desde que esses esclarecimentos e as retificações tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) O caderno de encargos;
  - c) A proposta adjudicada;
  - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**Artigo 9.º****Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos ou da proposta o fornecedor obriga-se a entregar os bens, objeto do presente contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens devem ser entregues em perfeitas condições, o fornecedor é responsável perante a Câmara Municipal por qualquer defeito ou anomalia dos mesmos, bem como pelas eventuais diferenças entre os bens fornecidos e o solicitado no Caderno de Encargos.

**Artigo 10.º****Obrigações da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, no presente caderno de encargos, da proposta e da adjudicação decorrem, para a entidade adjudicante, a obrigação de pagar as faturas de acordo com as condições referidas no artigo 5.º

### **Artigo 11.º**

#### **Penalidades**

Se o Adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual, as obrigações previstas no presente caderno de encargos, por facto que lhe seja imputável, a entidade Adjudicante pode, a título sancionatório, aplicar uma multa diária de 10% do valor do fornecimento, relativamente ao qual se verificou o incumprimento dos prazos fixados no artigo 4.º no presente caderno de encargos.

### **Artigo 12.º**

#### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e legislação conexas

### **Artigo 13.º**

#### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir motivos de força maior, caso se venha a verificar os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Artigo 14.º****Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, e nos artigos 9.º e 11.º do presente caderno de encargos a entidade adjudicante pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar, de forma grave as suas obrigações;
2. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Artigo 15.º****Resolução por parte do Adjudicatário**

Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato se a Câmara Municipal deixar de cumprir as obrigações previstas no artigo 9.º do presente caderno de encargos, atrasando os pagamentos para além de 60 dias.

**Artigo 17.º****Garantia Técnica**

1. O fornecedor garante os bens fornecidos no âmbito deste Caderno de Encargos pelo prazo mínimo de 6 meses a contar da entrega dos mesmos;
2. Dentro do prazo de garantia, sempre que detetada alguma anomalia a Câmara Municipal notificará o fornecedor para que, dentro de um prazo razoável concedido pela Câmara, proceda à substituição.

**Artigo 18.º****Objeto do Dever de Sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e na documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Artigo 19.º****Proteção de dados pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto), ou diploma legal que sobrevier, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), ficando obrigado, nomeadamente:

1. A garantir o dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o Município, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.

2. Não utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.
3. A garantir o dever de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o Adjudicatário e o Município e também depois do final da relação entre o Adjudicatário e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços.
4. A devolver, mediante solicitação por escrito do Município, todos os documentos e registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso por virtude dos contactos profissionais com o Município.
5. Notificar imediatamente o Município caso perca a informação e/ou dados pessoais ou parte deles, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

#### **Artigo 20.º**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificada no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 21.º**

##### **Resolução de Litígios – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Artigo 22.º**

##### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

Não é permitida a subcontratação ou cessão da posição contratual para efeitos de cumprimento do objeto do contrato.

#### **Artigo 23.º**

##### **Legislação Aplicável**

O procedimento é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na redação do Decreto Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e legislação conexa.

## PARTE II

### Especificações técnicas

1- O fornecedor obriga-se cumprir os seguintes requisitos:

Fornecer os seguintes artigos:

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE
090406004	Colete de Trabalho Tam.L - "Bata"	15
090406005	Colete de Trabalho Tam.XL - "Bata"	15
090406006	Colete de Trabalho Tam.XXL - "Bata"	15
090104013	Blusão Azul tipo Softshell Tam. M	4
090104018	Blusão Azul tipo Softshell Tam. XXL	2
090411001	Parka de Alta Visibilidade Tamanho M	15
090411003	Parka de Alta Visibilidade Tamanho XL	6
090411004	Parka de Alta Visibilidade Tamanho XXL	4
090411008	Parka de Alta Visibilidade Tamanho 4XL	2
090201012	Bota de Segurança N.º 40	2
090201013	Bota de Segurança N.º 41	2
090201014	Bota de Segurança N.º 42	2
090201017	Bota de Segurança N.º 44	2
090201016	Bota de Segurança N.º 45	2
090412006	Calça de Alta Visibilidade N.º 44	3
090412003	Calça de Alta Visibilidade N.º 48	9
090412004	Calça de Alta Visibilidade N.º 50	3
090412012	Calça de Alta Visibilidade N.º 58	3
090412013	Calça de Alta Visibilidade N.º 60	3
090413006	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. S	20
090413001	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. M	80
090413002	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. L	80
090413003	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. XL	80
090413004	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. XXL	20
090413005	Casaco Polar de Alta Visibilidade Tam. 3XL	20
090302004	Colete Refletor Tamanho L	15
090302005	Colete Refletor Tamanho XL	15
090302006	Colete Refletor Tamanho XXL	15
090105012	Fato de chuva de Alta Visibilidade Tam. XL	6
090105013	Fato de chuva de Alta Visibilidade Tam. XXL	24
090105016	Fato de chuva de Alta Visibilidade Tam. 3XL	2
090202024	Sapato em tecido técnico Tam.37	1
090202025	Sapato em tecido técnico Tam.38	3
090202026	Sapato em tecido técnico Tam.40	1
090202027	Sapato em tecido técnico Tam.42	3
090202028	Sapato em tecido técnico Tam.43	3

## CARATERISTICAS DE EPI's:

Produto	Especificações Técnicas	Normas e Simbologia
<b>Colete de trabalho bege areia com bordado logotipo a preto na frente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colete de trabalho ajustável, confeccionado em tecido de microfibra respirável, flexível, confortável e versátil.</li> <li>- Bolso central dividido em dois compartimentos.</li> <li>- Colarinho largo e contornos em debrum a preto.</li> <li>- Lados ajustáveis por meio de alças com botões em três posições.</li> </ul> <p><b>TAMANHOS</b> Grande 64cm*48cm Pequeno 76cm*54cm</p> <p><b>COR</b> Bege areia com bordado frente a preto</p> <p><b>GRAMAGEM</b> 180grs/m2</p> <p><b>MATERIAL</b> 100% poliéster</p>	
<b>Blusão Azul Marinho tipo soft Shell com bordado logotipo a azul bebé</b>	<p>Casaco tipo soft Shell com dois bolsos com fecho e fecho inteiro.</p> <p><b>Composição:</b> 85% poliéster, 10% PU, 5% elastano</p> <p><b>GRAMAGEM</b> 350grs/m2 tecnologia tipo soft Shell</p> <p><b>COR:</b> Azul Marinho</p> <p><b>TAMANHOS</b> S, M, L, XL, XXL e 3XL</p>	
<b>Bota de Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bota em couro hidrófugo, espessura 1,8mm - 2,0mm;</li> <li>- Forro em tecido respirável e resistente à abrasão;</li> <li>- Bota com inserção de tecido refletor;</li> <li>- Língua macia, forrada e acolchoada.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Biqueira 200J compósito polimérico não térmico;</li> <li>- Palmilha aço anti-perfuração;</li> <li>- Sola em poliuretano de dupla densidade anti-estática, resistente à hidrólise, a hidrocarbonetos e à abrasão, antichoque e antiderrapante;</li> <li>- Palmilha em alta densidade e células abertas em espuma látex. Respirável, absorvente e anti-estática.</li> </ul> <p><b>PESO</b> Peso da bota Sz 42 gr. 550</p> <p><b>TAMANHOS</b> 36-49</p>	<p>CE UNI EN ISO 20345:2012 S3 SRC</p> <p>Biqueira - EN 12568</p> <p>Palmilha - EN 12568</p> <p>Sola - ISO 5423: 92</p>
	Sapato em tecido técnico com espessura de 1,8mm - 2,0mm, em malha respirável e resistente à abrasão	Biqueira - EN 22568



<p><b>Sapato em tecido técnico</b></p>	<p>com forro em tecido altamente respirável e resistente à abrasão, língua macia, forrada e acolchoada. Calçado completamente sem metal.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS:</b> Biqueira 200J compósito polimérico não térmico; Palmilha de tecido isolante compósito anti-perfuração flexível; Sola dielétrica em poliuretano de três densidades, resistente a hidrocarbonetos e à abrasão, anti-choque e antiderrapante; Parte inferior do sapato dentro de certos limites (sem humidade, não se refere à parte superior) fornece isolamento elétrico contra tensões até 1000V - M &gt;1.000.</p> <p><b>Resistência elétrica:</b> padrão canadense CSA Z195, 14 aumentam a tensão de 1 kV/seg 20.000V/60 hz - duração 1 minuto.</p> <p><b>Resistência elétrica ASTM F2413 -11</b> incremento de 1 kV/seg tensão 20.000 V/60 Hz duração 1 minuto.</p> <p>Requisito de fluxo elétrico de 1,0 mA; Inserção anti-torção na sola para proporcionar estabilidade em terrenos irregulares; Palmilha extra confortável com carbonos ativos, respirável, removível, anatômica, absorvente, isolante e antibacteriana; Resistência da sola a hidrocarbonetos; Absorção de energia na área do calcanhar; Resistência da sola à perfuração; Resistência ao deslizamento.</p> <p><b>TAMANHOS</b> S, M, L, XL, XXL e 3XL</p> <p><b>COR</b> Base preto + outras cores</p> <p>Tamanhos: 36-47</p>	<p>Palmilha - EN 22568</p> <p>CE EN ISO 20345:2022 SB FO E PL SR</p>
<p><b>Fato de chuva de alta visibilidade</b></p>	<p>Fato de Chuva de Alta Visibilidade de Oxford/Nylon com revestimento PU para proteção ao trabalhador em condições de tempo húmido.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b> Suporte feito de material tipo Oxford / Nylon 130gr / m<sup>2</sup> Revestimento 100% PU Costuras à prova d'água</p> <p><b>CASACO</b> Capuz oculto com cordões, enrolado na gola com fecho de botão; Zíper e botão de pressão na aba; Ventilação nas axilas e nas costas; Corta-vento nas mangas com aperto elástico; Dois bolsos na cintura; Duas faixas horizontais refletoras em cada manga e no peito</p> <p><b>CALÇAS</b> Cós elástico; Bolso com proteção contra vento; Abertura com botão de pressão; Duas faixas horizontais refletoras em cada perna; Aperto com botões de pressão nas extremidades do tubo.</p> <p><b>TAMANHOS</b> S, M, L, XL, XXL e 3XL</p> <p><b>COR</b> Azul marinho + Amarelo fluorescente</p>	<p>Conformidade com o Regulamento (UE) 2016/425 relativo a Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Categoria II.</p> <p><b>EN ISO 13688:2013</b> Vestuário de Proteção, requisitos legais</p> <p><b>EN 343:2003 + A1:2007</b> 3 Resistência à penetração de água 3 Resistência ao vapor de água</p> <p><b>EN ISO 20471:2013: Classe 3 (de 1 a 3)</b> Vestuário de sinalização de alta visibilidade – Superfícies fluorescentes e refletoras</p>
	<p>Parka de alta visibilidade 4x1</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b> <b>Material externo:</b></p>	<p>Conformidade com o Regulamento (UE) 2016/425 relativo a Equipamentos de Proteção</p>

<b>Parka de alta visibilidade c/ bordado logotipo na frente no exterior e interior - Cores Município</b>	<p>100% poliéster revestido com PU;  <b>Forro:</b>  Tafetá poliéster e costuras seladas;  Capuz fixo com cordão que enrola na gola;  Três bolsos externos e dois bolsos internos;  Zíper central de duplo controle deslizante sob a aba do botão de pressão;  Tiras refletoras;  Abertura com zíper para segurança;</p> <p><b>Casaco interno removível de alta visibilidade:</b>  <b>Material externo:</b>  Poliéster revestido com PU (corpo) e lã de poliéster (mangas);  <b>Forro:</b>  Polar de poliéster, 280 g/m²;  Mangas destacáveis;  Três bolsos externos e 1 bolso interno;  Fecho de correr central;  Punhos estriados;  Tiras refletoras;</p> <p><b>COR</b>  Azul marinho + Amarelo Fluorescente</p> <p><b>TAMANHOS</b>  S, M, L, XL, 2XL, 3XL, 4XL</p>	<p>Individual (EPI). Categoria II.</p> <p><b>EN ISO 13688</b>  <b>EN 343:2003</b>  Resistência à penetração de água - Classe 1  Resistência evaporativa - Classe 3.  <b>EN ISO 20471:2013</b>  Parka - Classe 3  Colete com mangas - Classe 3  Colete sem mangas - Classe 2</p>
<b>Calça de alta visibilidade</b>	<p>Calça combinada de alta visibilidade e fitas refletoras, com dois bolsos de abertura inclinada nos costados, dois bolsos cargo nas laterais com lapela de velcro, um bolso traseiro interior com fecho de presilha e botão, duas fitas refletoras nas perneiras com peça central de alta visibilidade, elástico na cintura, passadores, fecho de botão e braguilha de fecho de correr.</p> <p><b>COMPOSIÇÃO</b>  65% Poliéster 35% Algodão / A.V. 50% Poliéster 50% Algodão</p> <p><b>TAMANHOS</b>  36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60</p> <p><b>COR</b>  Azul marinho + Amarelo fluorescente</p> <p><b>GRAMAGEM</b>  Prin. 200 / A.V. 250</p>	<p>Conforme as disposições do regulamento UE 2016/425</p> <p>EN ISO 20471</p>
<b>Casaco polar de alta visibilidade c/ bordado - Cores Município</b>	<p>Casaco polar com banda refletora cosida, confeccionado em lã anti-pilling de alto efeito calórico.</p> <p><b>COMPOSIÇÃO</b>  100% poliéster</p> <p><b>GRAMAGEM</b>  400grs/m2 tecido polar anti-pilling</p> <p><b>TAMANHOS</b>  S, M, L, XL, XXL, 3XL</p> <p><b>COR</b>  Azul marinho + Amarelo fluorescente</p>	<p>EN ISO 20471:2013/A1:2016 (1)</p>
<b>Colete refletor com bordado logotipo –</b>	<p>Colete de alta visibilidade homologado com duas fitas refletoras horizontais e aperto por meio de velcro.</p> <p><b>COMPOSIÇÃO</b>  100% Poliéster</p> <p><b>GRAMAGEM</b>  120 g/m²</p>	<p>EN 20471:2013+A1:2016</p>

## Aquisição de Fardas e Equipamentos de segurança

<b>Cores Município</b>	<b>TAMANHOS</b> M, L, XL, 2XL  <b>COR</b> Amarelo	
------------------------	---	--